

O Discurso da Língua Portuguesa: unidade, poder e expansão

Quando, no lugar de Babel, se confundiu a Língua de toda a Terra, não foi só o castigo de Deus contra a ambição dos homens que assim se consumou. Resultado primeiro e imediato desse acto soberano, a confusão das línguas instalou, depois da primigénia e mítica criação do Homem, a necessidade da comunicação, tão essencial como a da subsistência, a da procriação ou — nesses tempos primordiais — a da obediência ao Senhor. Antes disso, conforme diz o Livro, «era toda a terra de uma mesma língua, e de uma mesma fala»; assim, nesse tempo de harmonia, os homens «possuíam uma língua única, que exprimia a íntima essência da realidade e, por conseguinte, cada coisa tinha um único nome, idêntico para todos, e que lhe era próprio». (Pagliaro, 1983: 120).

Só que, pode bem acrescentar-se, «ter uma única língua significava no fundo não ter nenhuma» (Pagliaro, 1983: 120). Por isso, quando em Babel se perdeu a unidade da língua, sobreveio também a premência de superar a diferença, a distância, o abismo que separa os homens que entre si não comunicam; por certo também e por causa disso, a necessidade de anular, pela comunicação, a desconfiança, a reserva e a tentação da opressão.

É sabido que, desde sempre, a descoberta e a conquista levaram consigo uma Língua, discreta ou expressamente utilizada como instrumento de afirmação de poder. E contudo, a História mostra que, às vezes, contra essa vontade perversa dos homens, a Língua vem a ser instrumento de união mais do que de opressão, de aglutinação de vontades mais do que de divisão de interesses. E sobretudo, factor de descoberta, mais do que rude agente de colonização.

Carlos Reis é professor de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e responsável pela área de Língua e Cultura Portuguesa da Universidade Aberta, a cujo Conselho Científico pertence.

É a nossa História que o ensina. Quando, no ano de 1500, chegando a Armada a Porto Seguro, Pero Vaz de Caminha escreve ao Rei D. Manuel, é ainda a mesma e no entanto já outra a língua em que se exprime: «assim como eu melhor puder», escreverá Caminha o seu relato, conforme declara logo a abrir, por certo difusamente consciente de que se trata de representar um mundo novo, a cuja sedutora magia a língua antiga dificilmente corresponderá. Por isso, pode dizer-se que a Carta de Pero Vaz de Caminha não é apenas o testemunho objectivo de uma descoberta geográfica: através daquilo que anuncia — e apesar dos termos precários em que não raro o faz —, ela é, de certa forma, o primeiro documento cultural da História do Brasil e, ao mesmo tempo, a consagração de uma Língua em mutação irreversível. Uma mutação directamente proporcional à do sujeito que a utiliza, também ele transformado por aquilo que os seus olhos vêem.

Com efeito, a Língua que assim responde ao desafio da novidade dos trópicos, moldando os signos da representação a essa novidade é, também ela, um lugar novo. Se é verdade que, conforme se diz na sugestiva metáfora de Heidegger, «a linguagem é a casa do ser», não é menos verdade então que esta Língua Portuguesa que o descobridor leva consigo, acompanha uma aventura bem mais densa de consequências do que a descoberta do espaço: possuído pela linguagem, o descobridor que escreve ao seu Rei, rearticula, na Língua e pela Língua, a sua própria essência e transmite a quem o lê uma dupla descoberta: a do mundo que se vê pela primeira vez e a da sua condição de homem novo, determinado assim pela insinuação no seu discurso de sentidos antes nunca enunciados.

Que Língua é esta, a que se nos revela no limiar do século XVI, mas que de facto se anunciava já no século XV? É, de certa forma, a que decorre de todo um árduo processo de conquista, conforme declarou um historiador da Língua Portuguesa, num texto não isento de virtualidades polémicas: «Pode dizer-se do português», escreveu Paul Teyssier, «o que já se disse muitas vezes do castelhano: é filho da conquista. E é filho da conquista de muitas maneiras. Nasceu na Idade Média, quando os exércitos cristãos, ocupando a parte ocidental da Península Ibérica dominada pelos mouros, levaram consigo até ao Sul a língua galego-portuguesa oriunda do Norte. (...) Mas o português é também filho da conquista», adianta Paul Teyssier, «por ter sido levado para vastas regiões do mundo no fim da Idade Média e na época do Renascimento, quando se deu a grande aventura dos Descobrimentos» (Teyssier, 1985: 46).

A «grande aventura dos Descobrimentos» é então, ao mesmo tempo, a grande aventura da Língua Portuguesa. De certo modo até, sem esta, aquela

não teria a grandeza que lhe conhecemos, porque ela se concentrou na memória das palavras escritas por poetas e historiadores, a par de aventureiros e anónimos narradores de viagens. De Gil Vicente à *História Trágico-Marítima*, de Camões a Diogo do Couto, do *Cancioneiro Geral* a Fernão Mendes Pinto, essa difusa, por vezes ambígua memória das palavras revelou-nos uma Língua confidente mas também agente responsável por uma dinâmica de renovação como outra não conheceu a nossa História.

Quando lemos a *Peregrinação*, o que nessa «rude e tosca escritura» encontramos é decerto o testemunho quase sempre amargo de «trabalhos, e perigos da vida [passados] no discurso de vinte e um anos» (Pinto, 1979: 116), conforme declara a abrir Mendes Pinto. Mas é também algo mais, porque esse «discurso de vinte e um anos» representa-se num outro **discurso**, tão dinâmico e movente como ele, sem o qual as aventuras vividas não existiriam hoje; com esse discurso constrói-se todo um mundo, acerca de cuja veracidade não faz sentido discutir, porque o lugar onde ela irrecusavelmente se afirma é um relato, cujo fascínio provém precisamente do facto de se tratar de um simples «mundo de palavras»; um «mundo de palavras» que é, contudo, muito mais do que isso, na medida em que ele é capaz de circunscrever, nas suas fronteiras, todo um universo. «Os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo», dizia Wittgenstein (1981: 163); e os limites do discurso enunciado por Fernão Mendes Pinto encerram um legado que é parte inalienável do nosso mundo cultural, um mundo que se configurou porque a Língua Portuguesa o recolheu, depurou e transmitiu.

Não por acaso, no mesmo século XVI em que se escreve a *Peregrinação* e já antes dela, um poeta destacado do nosso Renascimento, António Ferreira, teve a agudeza e também o sentido da responsabilidade cultural necessários para reclamar, nos *Poemas Lusitanos*, um «novo canto / Heróico e generoso, / / Nunca ouvido dos nossos bons passados»; um novo canto que requer uma Língua renovada:

Renova mil memórias,
Língua aos teus esquecida,
Ou por falta d'amor ou falta d'arte;
Sê para sempre lida
Nas portuguesas glórias,
Qu'em ti a Apolo honra darão, e a Marte.

A mim pequena parte
Cabe inda do alto lume
Igual ao canto; o brando Amor só sigo,
Levado do costume.
Mas inda, em algũa parte,
Ah! Ferreira, dirão, da língua amigo!

Este é o tempo, recorde-se, em que se afirma já a necessidade de enquadrar normativamente a Língua, entendida como legado cultural a salvar. De 1553 é a primeira gramática do nosso idioma, a *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira; e o que decorre da proposta de António Ferreira é bem conhecido. O «som alto e sublimado» em que Camões escreverá *Os Lusíadas* é consequência directa da entoação que a epopeia requer, antevista e desejada pelo autor dos *Poemas Lusitanos*; mas esse «som alto e sublimado» resulta também de uma nova atitude ética perante a Língua, atitude feita de um intenso sentido de exigência estética e linguística, bem como da certeza de que a mensagem épica que retém e exalta o passado histórico se projecta para o futuro, como exemplo e desafio, no plano difusamente cultural, como no plano estritamente linguístico.

A projecção da Língua para o futuro exige, cada vez mais, a consolidação de uma identidade cultural e civilizacional que o português plasma e reforça por acção de múltiplos factores conjugados: a sistematização dos processos de aprendizagem, a revisão regular dos princípios normativos que regem o idioma, a acção de aparelhos ideológicos de diversa configuração, contribuem para incutir ao idioma uma consistência e uma dignidade que o Rei D. José consagrava, em alvará de 30 de Setembro de 1770; nele considerava o monarca ser «a correcção das línguas nacionais um dos objectos mais atendíveis para a cultura dos povos civilizados (...) não havendo meio que mais possa contribuir para polir e aperfeiçoar qualquer idioma e desterrar dele esta rudez do que a aplicação da mocidade ao estudo da Gramática da sua própria língua, porque sabendo-a por princípios e não por mero instinto e hábito, se costuma a falar e a escrever com pureza» (*apud* Carvalho, 1987: 169).

As palavras exaradas pelo Rei no texto que promulgou trazem consigo, evidentemente, a marca de um tempo e de uma mentalidade. Mas nelas transparece também com nitidez uma óbvia motivação política, orientada para um objectivo igualmente de natureza política: a afirmação de uma identidade cultural, condição de uma coesão nacional que passa também por

uma postulação do idioma e da sua correcta aprendizagem como factores de amadurecimento cívico.

Quando se afirma a necessidade de preservar a unidade e a pureza do idioma, não é essa unidade apenas e em si mesma que está em causa. É, antes, uma dialéctica que faz da unidade o termo de uma tensão, real ou simplesmente virtual, que coloca no extremo oposto o impulso para a diversidade e para a mudança. Conforme assinala Herculano de Carvalho, os homens empenham-se «numa actividade que é essencialmente una — o falar, a linguagem —, e ao mesmo tempo extremamente variada, como variadas são as suas culturas, os seus hábitos sociais, as suas crenças e concepções acerca do mundo e da vida, e das forças naturais e sobrenaturais que naquele e nesta se manifestam» (Carvalho, 1984: 385).

De facto, a grande unidade linguístico-cultural perseguida pela latinidade é desde logo uma miragem intangível. No plano diacrónico, porque a expansão do Latim processa-se de forma gradual e portanto ao longo de um devir histórico que implica necessariamente uma certa evolução linguística; por outro lado, localmente o Latim sobrepõe-se a substratos linguísticos que resistem ao invasor, persistindo em afirmar uma presença que será, em si mesma, agente de diversidade.

Entendida como ideal inatingível, a unidade da Língua não deixa, por isso, de ser um referencial de acção cultural de decisiva importância, quando, como é o caso do Português, são múltiplos os apelos à diversidade. E não tanto nas apertadas fronteiras do Português europeu, onde as fracturas dialectais são pouco significativas e onde a peculiaridade dos falares não constitui um risco para a comunicação entre os falantes das várias regiões.

Sendo, no entanto, uma Língua espalhada pelo Mundo, como consequência de um movimento de expansão com inevitáveis consequências culturais, o Português enfrentou e enfrenta desafios que poucos idiomas conheceram ou conhecem. Porque o que nesses desafios se joga são múltiplas possibilidades de diversificação ou até a própria quebra da unidade: diversificação em termos individuais, porque o sujeito que usa a Língua e esquece o seu alcance patrimonial e comunitário, cede com frequência à tentação de afirmar uma liberdade de uso puramente individualista, reagindo negativamente a constrições normativas; quebra de unidade, no plano transindividual, porque, no devir da nossa História recente, a recusa da Língua poderia ser utilizada como modo de afirmação político-cultural, quando está em causa a constituição de identidades nacionais que tendem a rejeitar tutelas de qualquer espécie.

A preservação da unidade da Língua Portuguesa e, num âmbito mais restrito, a salvaguarda da sua pureza, não se conseguem, no entanto, pela

activação de mecanismos repressivos, nem pela imposição de comportamentos de natureza neocolonialista. Pelo contrário: a protecção da unidade do Português exige, antes de mais e por paradoxal que pareça, o reconhecimento de um certo direito à diferença linguística, até ao ponto-limite em que ela afecta cruciais componentes estruturais e perturba a possibilidade da comunicação; uma diferença em que entra naturalmente o contributo de elementos autóctones, colhidos em cenários ético-culturais que nenhuma metrópole deverá contrariar. Assim, é possível defender uma concepção não puramente linguística da Língua e afirmar: «A língua é sobretudo uma entidade **histórico-social** e só como tal individualizada e una: o que lhe confere unidade e até existência, e portanto individualidade, é a consciência dos sujeitos falantes que, para além das divergências dos seus modos de falar, para além mesmo da mútua incompreensibilidade, se sentem unidos por uma tradição histórica, pelo reconhecimento de que esses seus diversos modos de falar pertencem a uma única tradição linguística e cultural» (Carvalho, 1983: 327-328).

Por outro lado, múltiplos exemplos registados pela nossa História cultural recente não permitem dúvidas: contra o anquilosamento do academismo linguístico e literário erguem-se quase sempre as vozes dos que essa História cultural retém como os seus vultos mais criativos e desassombrados: um Garrett, um Herculano, um Antero, um Almada-Negreiros ou um Miguel Torga. E o cruel retrato que Fradique Mendes esboçou do purista não deixa de ser tributário do repúdio a que Eça votou os que reduzem os méritos da criação literária à rígida pureza da Língua: «O purista», escreveu Fradique Mendes numa carta em que tranquiliza o próprio Eça, «toma uma ideia e não quer saber se ela é justa, ou falsa, ou fina, ou estúpida — mas só procura descobrir se as palavras em que ela vem expressa, se encontram todas no Lucena! Agarra um soneto, um verso a uma mulher, e pondo de parte o sentimento, a emoção, a imagem, a poesia, indaga apenas se as vírgulas estão no seu lugar e se as incidentais não cortam de mais a oração principal!» (Queirós, 1965: 75). Por isso, Jorge de Sena pôde escrever que o espírito «académico ou **academizante** tornou-se, quer em letras, quer em arte, sinónimo genérico de ‘convencional’, ‘antiquado’, ‘classicizante’, ‘regressivo’, em oposição ao ‘real’, ao ‘progressista’, ao ‘livre’, ao ‘moderno’» (Sena, 1977: 22). O que não quer dizer, deve acrescentar-se, que o espírito académico, em questões linguísticas como em questões literárias, se não exerça muitas vezes fora das academias propriamente ditas e por vezes até à sombra do que é pretensamente «moderno».

É no instável equilíbrio da síntese que se resolve, em última instância, a dialéctica entre unidade e diversidade, bem como essa outra que lhe é homó-

loga, entre conservação e inovação. No limiar do século XVIII, o Padre Manuel Bernardes traduz bem um certo espírito do tempo, naturalmente adverso a abruptas rupturas com a tradição, quando escreve, na *Nova Floresta*: «Não faltam noveleiros que querem emendar ou ilustrar o idioma comum, introduzindo palavras exóticas e termos que lhes parecem mais elegantes, sendo na verdade mais ridículos» (*apud* Campos, 1921: 103); mas ainda no mesmo século XVIII, Correia Garção (curiosamente um académico, mas não daqueles a que Sena chama «regressivos» ...) tenta resolver, no ponto de equilíbrio que ficou referido, a dialéctica entre tradição e inovação, privilegiando o sentido de progresso relativo que a sua filiação neoclássica exigia ao culto do idioma e dos seus modelos:

Imite-se a pureza dos antigos,
Mas sem escravidão, com gosto livre,
Com polida dicção, com frase nova
Que a fez ou adoptou a nossa idade.
Ao tempo estão sujeitas as palavras;
Umas se fazem velhas, outras nascem:
Assim vemos a fértil Primavera
Encher de folhas ao robusto tronco,
A quem despiu o Inverno desabrido.
Mudam-se os tempos, mudam-se os costumes
Camões dizia **imigo**; eu, **inimigo**;
O ponto está em que ambos expliquemos
Aquilo que pensamos.

(*Sátiras*)

Uma visão progressista, inovadora e transnacional da Língua (e em particular da Língua Portuguesa) não pode senão rejeitar liminarmente concepções imobilistas ou primariamente nacionalistas do idioma. E contudo tais concepções parecem apoiar-se em doutrinas constituídas por certas correntes e filósofos da linguagem. Por exemplo, por Humboldt, para quem a Língua funciona como matriz organizadora da relação do falante com a realidade e, mediadamente, como factor de configuração de um certo «espírito nacional»; ou então por Edward Sapir e Benjamin Whorf, numa linha de pensamento

similar, de acordo com a qual «retalhamos a natureza em conformidade com as directrizes delineadas pela nossa língua materna» (*apud* Schaff, 1974: 112).

O que assim se tenta estabelecer é o princípio da relatividade linguística. Desde que se aceite «que toda a linguagem não exerce uma função simplesmente reprodutiva, mas sobretudo produtiva e construtiva, devemos reconhecer (...) que cada língua se apresenta como uma forma específica e constitui uma particular visão, interpretação dos dados imediatos da experiência» (Ponzio, 1974: 146).

Tendo em vista o trajecto histórico do Português, como língua de comunicação quotidiana e idioma de cultura, é fácil perceber onde conduziria a radicalização do chamado relativismo linguístico. Eventualmente apoiada em orientações ideológicas de tipo anti-colonialista, a hipertrofia de um tal relativismo viria a contrariar o que é patenteado pelas realidades históricas que hoje conhecemos.

No Brasil, o Português impõe-se como Língua nacional também porque desse modo se reforça uma unidade nacional sedimentada através de múltiplos contributos linguístico-culturais, de filiação autóctone, de origem africana e de importação europeia. Mas se o Português do Brasil é hoje uma grande Língua de Cultura, com uma Literatura, uma Ciência e um Ensino adultos e internacionalmente reconhecidos, tal não impede que se lhe reconheça e até se lhe realce um dinamismo que é factor de enriquecimento, mais do que embrião de perturbação. A uma peculiaridade fonética/fonológica bem conhecida, o Português do Brasil acrescenta uma capacidade de inovação lexical e uma desenvoltura estilística que têm exactamente a marca de uma Cultura ainda jovem, desinibida quanto à sua relação com a Língua, enquadrada por um cenário multiforme e não constringida por uma tradição histórica ancestral, como é a portuguesa. Contrariar autoritariamente estas tendências seria um duplo erro: porque assim se reacenderiam preconceitos paternalistas e correlativas desconfianças que urge esquecer definitivamente, e também porque assim se incorreria num academismo que é contrário ao sentido de renovação que deve caracterizar também os bens culturais. O que naturalmente não impede que, no campo sempre em aberto dos contactos interculturais, se estabeleçam os limites da inovação possível, sempre balizados pela estabilidade do sistema estrutural da Língua. A protecção desse sistema estrutural, comum à variante portuguesa e à variante brasileira do Português, não pode, no entanto, ser encarada como pretexto para constringimentos arbitrários, num tempo em que tudo é susceptível de debate e em que a rigidez de posições irreversíveis deve dar lugar à disponibilidade para o diálogo cultural; porque o

diálogo se concretiza precisamente pela Língua comum, e porque é ele que assegura a virtual universalidade a que o Português tem direito.

A situação do Português em África é diferente, como diferente é a História recente de países muito ricos e diversificados, quanto aos seus recursos linguísticos e quanto às suas componentes étnicas. Na adopção do Português como Língua de expressão oficial pode observar-se, neste caso, uma espécie de translação, do domínio das motivações ideológicas que poderiam conduzir à rejeição da Língua do antigo colonizador, para o domínio das opções pragmáticas, tendo em vista a complexidade sociocultural daqueles países e a necessidade de se assegurar a sua unidade política. Curiosamente, já antes da independência, um político com a visão de Amílcar Cabral apontava as razões que levavam a adoptar o Português como Língua veicular e de comunicação quotidiana: «A língua», afirmou Amílcar Cabral, «não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros; é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo» (*apud* Ferreira, 1987: 250).

Assim, se hoje faz sentido falar do poder da Língua, é preciso saber reconhecer com desenvoltura que Cultura e Política não são indiferentes entre si. E também que esse poder se articula em termos muito diversos do que no século XVI queria João Barros, quando, aludindo ao poder moralizador e persuasivo da Língua Portuguesa, dizia ser ela «aquela [linguagem] que, como um novo apóstolo, na força das mesquitas e pagodes de tôdalas seitas e idolatrias do mundo, desprega, pregando e vencendo, as reais Quinas do Senhor, com que muitos povos da gentilidade são metidos em o curral do Senhor» (*apud* Campos, 1921: 10). Uma concepção moderna da Língua, da sua função social e das suas potencialidades culturais, não aceita que nos nossos dias lhe caiba meter nada nem ninguém no «curral do Senhor»; pelo contrário, uma concepção moderna da Língua afirmará o espaço da lusofonia, sem preconceitos nem temores, como espaço de liberdade e de diálogo.

A dinâmica de diálogo que à Língua Portuguesa cabe cultivar constitui a extrapolação possível, para um âmbito alargadamente intercultural, de potencialidades sedimentadas no interior da Língua. Heidegger contempla esta extrapolação, quando declara que «todo o diálogo fracassa e se torna infrutífero desde que se limite aos termos imediatos e neles se cristalize», assim se revelando incapaz de conduzir «aqueles que falam ao que está para além das palavras» (*apud* Resweber, 1979: 107). O que está «para além das palavras» é revelado precisamente pela pluridiscursividade da Língua, para utilizarmos uma expressão cara a Michail Bachtin, que articula essa pluridiscursividade com o dialogismo inerente a todo o acto linguístico, consumado nisso a que

chama «enunciação viva»: «Em cada momento preciso da sua existência histórica», declara Bachtin, «a língua é totalmente pluridiscursiva: é coexistência incarnada de contradições ideológico-sociais entre o presente e o passado, entre as várias épocas do passado, entre os vários grupos ideológico-sociais do presente, entre as correntes, as escolas, os círculos, etc.» (Bachtin, 1979: 99).

Concretizando as potencialidades de diálogo que, como sistema linguístico e como idioma transnacional, o Português detém, a nossa Língua enfrenta hoje um outro desafio, por certo mais árduo do que a superação das diferenças que atravessam o espaço da lusofonia. Trata-se de afirmar, no concerto das grandes Línguas de Cultura, o Português como idioma que não pesa apenas pelo número de falantes — porque, por estranho que pareça, esse argumento não é por si só eficaz —, mas pela sua identidade e autoridade cultural.

Ora estes não são atributos espontaneamente gerados. Eles definem-se e conquistam-se no decurso de um aturado labor de reflexão, de consciencialização da importância da Língua, mesmo de combate pela sua dignificação; um combate que se decide não apenas ao nível da funcionalidade comunitária do idioma, mas também no estrito e íntimo domínio da relação do sujeito com a sua Língua materna. Não foi Fernando Pessoa quem o descobriu, ao invés do que a estafadíssima fórmula tantas vezes citada quer fazer crer — fórmula de resto cunhada por Bernardo Soares e não por Pessoa —, mas sim Fradique Mendes; e fê-lo já num tempo em que pensar a Língua era uma forma de modular uma preocupação fundamente sentida: a preocupação com a unidade do sujeito, com a crise da sua identidade e com a projecção dessa crise no quadro de uma outra identidade mais vasta, que é a identidade nacional. Escreveu Fradique, numa das suas cartas e num tom em que facilmente se descortina uma certa intenção polémica: «Um homem só deve falar, com impecável segurança e pureza, a língua da sua terra: — todas as outras as deve falar mal, orgulhosamente mal, com aquele acento chato e falso que denuncia logo o estrangeiro». E numa síntese feliz e definitiva: «Na língua verdadeiramente reside a nacionalidade» (Queirós, s/d.: 130).

Não se trata, obviamente, de acompanhar, na radicalidade das teses que enuncia, a figura pré-heteronímica em que Eça tentou o seu desdobramento finissecular. Mas trata-se de reconhecer nessas teses a insinuação do princípio de que a Língua e o sentido da nacionalidade são indissociáveis; e também que na articulação entre ambas manifesta-se uma identidade cujo vigor se confronta com outro poder, que é o dos idiomas estrangeiros, tantas vezes

disputando uma hegemonia que transcende o plano estritamente linguístico-cultural.

Sabe-o bem a Língua da diáspora que é o Português da emigração, com frequência desqualificado e tratado com uma displicência que nada autoriza — a não ser que se pretenda que o poder da Língua decorre em linha directa do poder da Economia. E essa desqualificação é tanto mais dramática e penosa, quanto é certo que, não raro, ela é aceite pelo falante-emigrante que tende a autodespojar-se de um idioma que lhe aparece como derradeira resistência à integração plena na nova comunidade. Falar com correcção a Língua de acolhimento é, então, de certa forma, reconhecer a superioridade de outra nacionalidade e, mais do que isso, abdicar de uma identidade laboriosamente constituída desde a aquisição do idioma materno.

Não se procura aqui, como é evidente, encontrar soluções para problemas em aberto ou em vias de equacionamento, por força da instabilidade de fenómenos em desenvolvimento acelerado. Realce-se, dentre esses fenómenos, justamente pelas repercussões linguísticas e culturais que suscita, o extraordinário incremento das telecomunicações, particularmente o da televisão via satélite. O que daqui vai resultando é, consabidamente, uma reformulação de atitudes e conceitos, a começar pelo próprio conceito de Cultura, que hoje se orienta num sentido diverso daquele que pelo Humanismo nos foi legado; por isso, um estudioso das questões da informação e da comunicação com a projecção de Abraham Moles propôs o conceito de **cultura-mosaico**, como Cultura que chega a transcender o arbítrio do indivíduo: a «nossa cultura», escreve Abraham Moles, «não mais nos é dada por uma actividade orientada da nossa personalidade, continuando o impulso da nossa educação, mas por um fluxo contínuo de itens granulares, mais ou menos aglomerados pelo funcionamento geral da actividade cultural, proveniente essencialmente, não de um **esforço** de conhecimentos articulados, contraditórios com a própria essência da vida da era tecnológica, mas de uma **contribuição** permanente do meio exterior a nós sob todos os aspectos». E conclui: «Daí a importância que assume, para o estudo do ciclo da criação intelectual, todo o sistema de meios de comunicação de massa: é através dele que se desenham os circuitos da cultura» (Moles, 1974: 93).

Num tempo em que é cada vez mais trivial a aquisição de tecnologias e equipamentos já de si sedutores, que são os que permitem o acesso imediato à imagem e à palavra que do exterior nos chegam, a Língua portuguesa enfrenta novos desafios que hão-de ser encarados com a serenidade provinda da certeza de que, com imaginação e perseverança, eles serão vencidos. Adoptemos, para tanto, a sabedoria oriental que nos ensina que a luta se vence quando, em vez

de contrariarmos a força do adversário, sabemos aproveitar em nosso favor o seu impulso.

E acreditemos também que, seja como for, sempre sobrevive a palavra, porque é ela que é capaz de tudo dizer, mesmo quando nela muito se cala e pouco se sugere. Aquele pouco que só o poeta pode enunciar, porque, mais do que ninguém, ele confia em que «serão palavras» e apenas palavras o que sempre diremos, e que de nós depende serem elas túmidas de cor ou escassas de sentido:

Diremos prado bosque
primavera,
e tudo o que dissermos
é só para dizermos
que fomos jovens.

Diremos mãe amor
um barco,
e só diremos
que nada há
para levar ao coração.

Diremos terra mar
ou madressilva,
mas sem música no sangue
serão palavras só,
e só palavras, o que diremos.

(Eugénio de Andrade)

Referências bibliográficas

- BACHTIN, M. (1979) — *Estetica e romanzo*, 2.^a ed., Torino, Einaudi.
- CAMPOS, A. de (ed.) (1921) — *Paladinos da linguagem*, Paris/ Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand.
- CARVALHO, H. de (1983) — *Teoria da Linguagem*, 6.^a ed., Coimbra, Atlântida, vol. I.
- CARVALHO, H. de (1984) — *Teoria da Linguagem*, 4.^a reimp., Coimbra, Atlântida, vol. II.
- CARVALHO, H. de (1987) — «A língua portuguesa hoje» (mesa redonda), *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 7, 5.^a série, pp. 167-183.
- FERREIRA, M. (1987) — «Numa perspectiva sociocultural. Que futuro para a língua portuguesa em África?», in *Actas do Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, ICALP, vol. II.
- MOLES, A. (1974) — *Sociodinâmica da cultura*, São Paulo, Perspectiva.
- PAGLIARO, A. (1983) — *A vida do sinal*, 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- PINTO, F. M. (1979) — *A Peregrinação*; apres. crítica, selecção, resumos, glossário e sugestões para análise literária de J. D. Pinto Correia; Lisboa, Ed. Comunicação.
- PONZIO, A. (1974) — *Filosofia del linguaggio e prassi sociale*, Lecce, Milella.
- QUEIRÓS, E. de (1965) — *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, Porto, Lello.
- QUEIRÓS, E. de (s/d.) — *A correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil.
- RESWEBER, J.-P. (1979) — *O pensamento de Martin Heidegger*, Coimbra, Almedina.
- SCHAFF, A. (1974) — *Linguagem e conhecimento*, Coimbra, Liv. Almedina.
- SENA, J. de (1977) — «Académico», in J. José Cochofel (ed.), *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 21-23.

TEYSSIER, P. (1985) — «Lição final», in *Actas do Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, ICALP.

WITTGENSTEIN, L. (1981) — *Tractatus logico-philosophicus*, 5.^a ed., Madrid, Alianza.